



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 2 DE MAIO DE 2014

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas nove horas e trinta minutos, no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu-se em reunião ordinária a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, António Miguel Costa Baptista, com a presença dos Senhores Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, Célia Maria da Conceição Mateus, Rita Teresa Amado Ferreira e José Miguel Ramos Ferreira. -----

Faltou o Vereador Miguel António Bastos Brandão, que solicitou a respetiva substituição, nos termos do art.º 78.º e seguintes da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, oitenta e oito mil, cento e sessenta e três euros e noventa e quatro centavos; -----

Operações Orçamentais: um milhão, setecentos e quinze mil, novecentos e setenta e cinco euros e quinze centavos; -----

Operações de Tesouraria: trezentos e setenta e dois mil, cento e oitenta e oito euros e setenta e nove centavos. -----

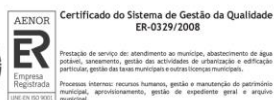
A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Aprovação da Ata n.º 6/2014 de 7 de março de 2014: -----

Em virtude da ata n.º 6/2014, da reunião ordinária da Câmara Municipal de 7 de março, ter sido previamente distribuída por todos os membros do Executivo através de e-mail, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade. -----

Posto isto e com a presença da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Seguiu-se o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador José Miguel Ramos, que depois de cumprimentar todos os presentes requereu ao Sr. Presidente uma listagem de todos os montantes recebidos do POVT, desde que o executivo entrou em funções, ou seja, de outubro a dezembro, e de janeiro até abril. Requereu também uma listagem de todos os montantes recebidos dos Parques Eólicos, de outubro a abril.-----

De seguida solicitou informações acerca do ponto de situação do estrangulamento que existe na Estrada de Pai Viegas, questionando se existiu algum avanço ou se o Senhor Presidente tem alguma informação sobre a resolução do dito estrangulamento, junto à Quinta da Paiva. -----

Finalmente, e na sequência de uma intervenção do Senhor Presidente na última reunião da Assembleia Municipal, solicitou indicações onde consultar o protocolo que obriga os membros do Governo a informar a Câmara Municipal, sempre que visitam o concelho, uma vez que não consegue encontrar essa informação. -----

Salientou que com isto, pretende dar conhecimento aos seus contactos, mas que caso a Câmara não seja contactada sobre essas visitas, o mesmo não invalida que o senhor Presidente não esteja presente, referindo mesmo que tem por obrigação representar o município nestas situações.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Célia Mateus, que depois de cumprimentar todos os presentes, sugeriu ao Senhor Presidente que futuramente as propostas da Câmara que sejam presentes na reunião da Assembleia Municipal, mencionem as declarações de voto apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Seco, que depois de cumprimentar todos os presentes referiu ter sido abordado por alguns habitantes de Segade, preocupados com o estado da estrada que vai desde Pomar dos Braços para Segade.--

Referiu que a estrada tem uma barreira que caiu por causa do mau tempo e que existe uma zona com silvas, as quais já estão na estrada, e que as pessoas estão com algum receio. -----

Mencionou que o proprietário deveria ser avisado para fazer a limpeza, ou caso contrário, que a Câmara se sobrepusesse ao proprietário e fizesse a limpeza, uma vez que a



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Prestitação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

área não é muito grande, e que as silvas já cortam alguma visibilidade, disponibilizando-se a fornecer fotos do local.-----

Questionou também o Senhor Presidente sobre o facto de já há algum tempo a Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos querer aproveitar a antiga escola primária de Vila Flor, para poder fazer um albergue, poderia ser para apoio aos peregrinos, como para alguns apoios às atividades na Serra de Vila Nova, por exemplo, pessoas que vêm praticar Trail ou BTT, ou outro tipo de desportos. Referiu que era um desejo da associação já há algum tempo e que gostava de saber se a associação já teria contactado com o Senhor Presidente ou com a Câmara Municipal no sentido de avançar com esse processo.-----

O Senhor Presidente usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores vereadores, começando por pedir à Dr.^a Marilene que fornecesse as informações pedidas pelo Senhor Vereador sobre as verbas recebidas através do POVT e dos Parques Eólicos pela Câmara desde a tomada de posse.-----

Mencionou o estrangulamento existente em Pai Viegas na zona da Quinta da Paiva. Informou que não se tratando de uma situação única no concelho, existem algumas situações destas que urge resolver, mas os meios financeiros do Município, não permitem resolver todas de uma vez só. Salientou que estão a tentar hierarquizar todas estas pequenas intervenções de modo a tomar uma decisão, para que ainda este ano sejam resolvidas algumas, porventura, esta será uma delas, atendendo que é uma via que permite o acesso a uma zona de grande atração turística, pelo que logo que seja possível, a situação será resolvida.-----

Referiu que no que respeita ao Protocolo dos membros do governo terem o bom senso de avisar os Presidentes de Câmara quando visitam o concelho, é algo que foi transmitido por vários Presidentes de Câmara da região. Pensa que não será letra de lei, mas constará certamente em manuais de protocolo que estão publicados. Informou que vai tentar ver se encontra um desses manuais de protocolo onde isso está escrito, para fornecer ao Senhor Vereador.-----

Mencionando a sugestão feita pela Senhora Vereadora Célia Mateus, considerou-a muito pertinente e relevante, porque entende que é importante que as propostas que vão à Assembleia Municipal, que são previamente debatidas e aprovadas na sessão de câmara sejam acompanhadas das respetivas intervenções e declarações de voto que cada um dos membros do executivo entende por bem fazer.-----

Compreende também que quando essas propostas são aprovadas poucos dias antes da Assembleia Municipal, os serviços possam não ter tempo de compilar na minuta de cada



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Empresa Registrada
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ponto, tudo o que foi dito, contudo pensa que para os serviços será fácil que pelo menos as declarações de voto estejam na minuta desse ponto. Sendo assim, sugeriu, que quando há uma reunião de Câmara pouco tempo antes da Assembleia Municipal, que cada membro do executivo traga as declarações de voto por escrito ou que as faça chegar aos serviços nesse dia, para que os serviços juntem a cada ponto. -----

No entanto, salientou que se for um ponto, em que no âmbito da sua discussão, existam muitas intervenções é humanamente impossível aos serviços transcreverem tudo, em virtude dos documentos da Assembleia terem prazos para serem entregues.-----

Posto isto, questionou os senhores vereadores se concordam com a metodologia apresentada, que não é mais do que uma forma de conciliação da disponibilidade dos serviços e aquilo que é relevante estar presente na Assembleia sobre cada ponto. Ressalvou que não queria com isto dizer que depois na ata, na sua versão final, não constem as outras intervenções. -----

Referindo-se às situações colocadas pelo Senhor Vereador Sérgio Sêco, quanto à situação de Segade agradeceu a disponibilização das fotografias e vai encaminhá-las para os serviços, para que se proceda em conformidade. -----

Quanto à Escola Primária de Vila Flor, referiu que a escola está num elevado estado de degradação e que foi assim que a encontraram.-----

Salientou que é um problema que está sinalizado há muitos anos, e que há o interesse da Associação de Jovens de Vila Flor e Meroucinhos em utilizar a escola, que o pedido ainda não foi formalizado, mas que já manifestaram esse interesse por várias ocasiões.-----

Informou que a Câmara entende que estar a disponibilizar escolas em avançado estado de degradação às coletividades, não é boa política, porque depois eles têm que realizar as obras. -----

Passou-se isso, por exemplo, na escola que foi cedida ao Clube de Caçadores de Semide e Rio de Vide, em que depois eles vieram solicitar materiais para melhorar as instalações. -----

Mencionou que o entendimento da Câmara deve ser o de avançar com um plano de requalificação dessas instalações com um mínimo de dignidade, para que então se possam disponibilizar às coletividades, visto que a Câmara não precisa destas instalações. Referiu que logo que exista uma proposta de decisão para a requalificação da escola, certamente virá à sessão de câmara, esperando que ainda seja durante este ano.-----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Mencionou que a Senhora Vice-presidente tem acompanhado estes processos e visitado as escolas primárias do concelho, ou a maior parte delas, e poderá dar mais alguns esclarecimentos sobre esta situação, e passou, por isso a palavra à Senhora Vice-presidente. -

A Senhora Vice-presidente depois de cumprimentar os presentes referiu, sobre este assunto, que a última escola desativada que tinha visitado tinha sido precisamente a de Vila Flor. Informou que esta escola, tal como muitas outras, estão completamente atulhadas de materiais e que servem de armazém. Esta tem mobiliário que pertence a um particular, e que inclusivamente na semana passada a Câmara recebeu uma intimação do Tribunal e das Finanças, para que pudesse dispor dessa mobília que está armazenada. -----

Por fim, informou que a Câmara está a tentar desocupar essas escolas, para que possam ter um fim mais digno, porque todas estas escolas estão a servir de autênticas arrecadações. -----

Seguiu-se a apreciação dos assuntos constantes na agenda, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

CORRESPONDÊNCIA -----

Da Freguesia de Vila Nova, a solicitar que a autarquia interceda junto da EDP para proceder à substituição da luminária por um holofote a colocar no poste, existente em frente da capela de Souravas. Tem junto informação do Técnico, Abel Soares. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a solicitação da Junta de Freguesia de Vila Nova, de acordo com a informação técnica e que seja remetido aos serviços para que seja solicitado à EDP a alteração solicitada em termos de iluminação pública. -----

Mais deliberou nomear o técnico Abel Soares para acompanhar a referida intervenção.

Da Junta de Freguesia de Miranda do Corvo, a solicitar a retificação da pavimentação de área, sita em Tábuas Cimeiras. Tem junto informação do técnico, Pedro Paiva. -----

“PRETENSÃO: -----

A Junta de Freguesia de Miranda do Corvo, através do requerimento n.º 1933, vem solicitar a retificação e pavimentação de uma área que se encontra em terra batida contígua a um arruamento sito em Tábuas Cimeira, freguesia de Miranda do Corvo. -----

ANÁLISE: -----

De acordo com o solicitado por Vossa Excelência informamos que a área em questão foi cedida pelo proprietário e integrada no domínio público municipal no ano de 2010, de acordo com deliberação camarária de 1/4/2010, cuja cópia do extrato da ata se anexa. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Trata-se assim de uma área pertencente ao domínio público municipal. -----

Tendo em conta o valor de área cedida os custos da eventual pavimentação estima-se em cerca de 300.00 €, incluindo regularização, aplicação de base em tout-venant, compactação e aplicação de tapete betuminoso. -----

Salvo melhor opinião a pavimentação da área em questão permite melhorar as condições de segurança e circulação no local uma vez que possibilita a limpeza, regularização do pavimento e o aumento da largura do arruamento. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto deixo à consideração superior da autarquia a deliberação/decisão sobre o pedido de pavimentação da área em questão. -----

Miranda do Corvo, 15 de abril de 2014 -----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a solicitação da Junta de Freguesia de Miranda do Corvo, de acordo com a informação técnica, devendo o processo ser remetido ao Núcleo de Infraestruturas e Ambiente para proceder logo que possível. -----

Do Clube Atlético Mirandense, a solicitar apoio para a realização de torneio de Veteranos, em homenagem ao senhor José Godinho, a realizar no dia 31 de maio de 2014 e integrado na Expo Miranda/2014. -----

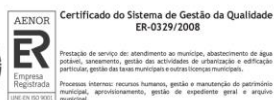
Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com os Veteranos. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

O Vereador Sérgio Seco ausentou-se da sala. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o apoio solicitado, além de que seja integrado no programa da Expo Miranda a realização deste torneio, em que são esperados cerca de cem atletas, basicamente pedem que o Município colabore no que toca a refeições para o torneio, além de alguma logística em termos de disponibilização de um autocarro para algumas deslocações. -----

Informou que uma vez que estão em causa essencialmente meios da Autarquia e que o custo das refeições em causa não será significativo uma vez que os Veteranos pretendem que a Câmara apoie com um porco no espeto, o que fica muito mais barato do que estar a pagar num restaurante. Mais informou que não é um apoio direto, será a Câmara a contratar esse





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

fornecimento de refeições e também a disponibilização do seu autocarro e por isso não há necessidade de ter aqui a ficha de compromisso de fundos disponíveis, é uma despesa corrente. -----

O Senhor Presidente propôs a deliberação favorável desta iniciativa do Núcleo de Veteranos do Mirandense, com a ressalva da questão dos convites para a Expo Miranda, por não se saber ainda se vão existir convites, e que os serviços procedam à organização dos transportes e também que se trate da questão das refeições. -----

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador José Miguel Ramos que declarou que gostavam de subscrever na íntegra aquilo que o Senhor Presidente disse sobre ser uma iniciativa louvável, e que todo o reconhecimento e toda a homenagem que possa ser feita a alguém que deu tanto pela sua terra, independentemente das preferências partidárias de cada um, é algo que pensamos todos que a Câmara deve apoiar, dentro das suas possibilidades e dentro dos meios que tem ao dispor. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a presente iniciativa do Núcleo de Veteranos do Mirandense, com a ressalva dos convites para a Expo (dado ainda não se saber se existirão convites ou não). -----

O Vereador Sérgio Seco regressou aos trabalhos. -----

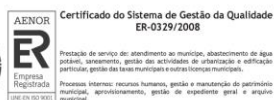
Da Associação de Caçadores da Freguesia de Semide, a solicitar apoio para aquisição de vários materiais para obras de manutenção da sede. Tem junto informação técnica, informando que o valor orçamentado para eventual cedência dos materiais solicitados é de cerca de 1.758,97 euros. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a cedência do respetivo material, de acordo com informação técnica, ficando responsável pela fiscalização e acompanhamento dos trabalhos o Técnico Abel Soares. -----

Do Centro Recreativo, Desportivo e Cultural Amigos das Chãs, a solicitar a atribuição de subsídio para fazer face a despesas com o VIII Encontro de Martirizadas. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a cedência do material solicitado e apoiar com um subsídio de 175.00€, de acordo com a informação da Comissão Técnica de Análise, ficando responsável pela informação da eficácia do subsídio o Técnico, Carlos Rafael. -----

Da Confraria do Vinho de Lamas, a solicitar a atribuição de um subsídio para fazer face a despesas relacionadas com a adesão à Federação Portuguesa das Confrarias





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Gastronómicas e criação e registo junto do Instituto Português da Propriedade Industrial do Vinho de Mesa Eira Velha. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de 325.00€, de acordo com a informação da Comissão Técnica de Análise, ficando responsável pela informação da eficácia do subsídio a Técnica de Turismo Alda Gonçalves. ----

Da Confraria da Jeropiga, a solicitar a atribuição de subsídio para fazer face às despesas com a realização do 9.º Grande Capítulo. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de 325.00€, de acordo com a informação da Comissão Técnica de Análise, ficando responsável pela informação da eficácia do subsídio a Técnica de Turismo Alda Gonçalves. ----

Da Direção da Liga dos Amigos do Mosteiro de Santa Maria, a solicitar a atribuição de subsídio para fazer face às despesas com a realização do "Encontro de Coros, Concerto do Órgão de Tubos e Canto Lírico", realizado no dia 13 de abril de 2014, integrado nas comemorações do "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios". Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise.-----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião camarária. -----

Da Associação de Moradores dos Bujos, a solicitar a atribuição de subsídio para apoiar às despesas com a "V Concentração de Minis". Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise.-----

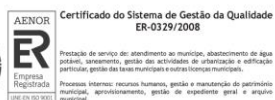
A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de 175.00€, de acordo com a informação da Comissão Técnica de Análise, ficando responsável pela informação da eficácia do subsídio o Técnico Carlos Rafael. -----

Da Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Vale do Açor, a solicitar a atribuição de subsídio para apoio à realização da "11.ª Maratona/Meia Maratona de BTT, "Rota da Chanfana", realizada no dia 27 de abril. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise.-----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião.-----

Da Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, Rita Amado, a informar da eficácia dos subsídios atribuídos às coletividades e associações participantes no carnaval/2014 e de acordo com a proposta aprovada na reunião camarária de 24 de janeiro de 2014. -----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

OBRAS PARTICULARES -----

Reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 5542/2014, de Paulo Jorge Carvalho Adelino, na qualidade de filho e único herdeiro de Maria Rosa Carvalho, a solicitar a prorrogação do prazo para proceder à legalização da construção, relativa ao processo de obras n.º 671/2006. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica elaborada no âmbito do presente processo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitada pelo requerente. -----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias. -----

Mais se informa que foi já elaborado auto de notícia relativamente à obra em causa, instaurado o processo de contraordenação n.º 72/2008 e que a edificação apenas será passível de licenciamento caso cumpra o estabelecido pelo Regulamento do Plano Diretor Municipal de Miranda do Corvo e demais legislação aplicável. -----

À consideração superior. -----

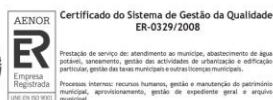
Miranda do Corvo, 14 de abril de 2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias para entrega de elementos solicitados. -----

Mais deliberou dar conhecimento à instrutura do processo de contraordenação n.º 72/2008, de forma a ser dada continuidade à tramitação do mesmo, de acordo com a informação técnica. -----

Pedido de suspensão de procedimento: requerimento n.º 5032/2014, de Bruno Tomé Piedade Rainho, residente em Rua de Vale Salgueiro - Miranda do Corvo, a requerer a suspensão da ordem de demolição da edificação alvo do processo de contraordenação n.º 107/2011, em virtude da edificação em causa, à luz da revisão do PDM, ser suscetível de licenciamento praticamente toda a área. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“De acordo com o solicitado por Vossa Excelência informamos que: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Em 19/03/2014 foi o requerente notificado para solicitar o licenciamento da construção de um anexo e proceder à realização de trabalhos de correção ou alteração de forma a que a sua área de implantação não supere os 30.00 m2. -----

Em 27/03/2014 o requerente vem solicitar a suspensão da ordem de demolição da edificação, alvo do processo de contraordenação n.º 107/2011, em virtude de praticamente toda a área da edificação em causa ser susceptível de licenciamento, à luz da revisão do PDM.

De acordo com informação em anexo a edificação possui uma área de 85.00 m2 e apenas é passível de licenciamento, à luz do atual instrumento de planeamento em vigor para o local, caso sejam realizados trabalhos de correção ou alteração para que a sua área de implantação não supere os 30.00 m2. -----

Relativamente à 1.ª revisão do PDM informamos que, após a sua entrada em vigor, o mesmo irá permitir a construção de anexos com uma área máxima de 15% da área do prédio, até um máximo de 80.00 m2. -----

Tendo em conta que a 1.ª Revisão do PDM ainda não se encontra em vigor mantém-se o proposto na informação técnica de 26/02/2014, em anexo, e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na referida informação, não existindo enquadramento legal para a suspensão requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da pretensão do requerente. -----

À Consideração Superior. -----

Miranda do Corvo, 16 de Abril de 2014 -----

Pedro Correia de Paiva, Eng. (a).” -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o presente processo de contraordenação à luz do anterior PDM, obrigaria à demolição total do anexo. -----

Informou que o requerente, e bem, solicitou que se fizesse uma avaliação tendo em conta o novo PDM, que foi aprovado na Assembleia Municipal da passada segunda-feira e irá entrar em vigor a muito curto prazo. -----

Referiu que em face da revisão do PDM, dos oitenta e cinco metros quadrados, oitenta, poderão vir a ser licenciados. -----

O Senhor Presidente entende, que a título excecional, e tendo em conta o que está no processo, embora a informação técnica faça referência ao historial, deixa à consideração superior o deferimento da pretensão do requerente. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que entende que a Câmara o deve fazer, porque há uma diferença de oitenta e cinco para oitenta metros, quando muito poderá vir a ser necessário demolir apenas cinco metros quadrados, e não os oitenta e cinco. -----

O Senhor Presidente referiu que acha de bom senso que a Câmara delibere responder favoravelmente aquilo que é solicitado pelo requerente e que seja suspensa a ordem de demolição, devendo, como é óbvio, logo que entre em vigor o PDM ser solicitado o licenciamento da construção. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Seco que referiu que relativamente ao assunto estão plenamente de acordo, e que não faria muito sentido deliberar no sentido da demolição da obra, visto o PDM ter vindo resolver esta situação, assim como outras situações que estão pendentes noutros processos na Câmara Municipal. -----

Referiu que já não seria a primeira vez que a Câmara suspendia obras e se dava o benefício ao munícipe para tentar resolver as situações e licenciar o que está construído. Por fim referiu que estão plenamente de acordo e votam favoravelmente esta proposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que concorda em absoluto com o Senhor Vereador. -----

Referiu que tenciona fazer uma proposta nesses termos e que todos os processos de contraordenação relacionados com obras e que estejam em causa ordens de demolição, porque não respeitavam o PDM em vigor, possam vir a ser suspensos e reanalisados à luz da primeira revisão do PDM. -----

Informou que desta forma serão evitadas demolições que são passíveis de licenciamento com o novo instrumento de ordenamento do território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a solicitação do requerente, tendo em conta que a revisão do PDM foi aprovada entretanto, e irá entrar em vigor a curto prazo. -----

Mais deliberou que o requerente deverá requerer o licenciamento da respetiva obra, à luz da revisão do PDM, assim que este entrar em vigor. -----

Prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 5479/2014, de António Jorge Rodrigues Jesus, residente em Espinho, Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 60 dias para entrega de elementos solicitados. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“PRETENSÃO: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Na sequência de notificação da autarquia o requerente solicita, através do requerimento n.º 5479 de 7 de Abril de 2014, a prorrogação por mais 60 dias para entrega dos elementos solicitados para a regularização da obra realizada sem licença. -----

ANÁLISE: -----

De acordo com o solicitado informamos que relativamente ao presente processo foi realizada informação técnica em 11/03/2014, que passo a transcrever: -----

Em 22/01/2014 o requerente foi notificado, através do ofício n.º 356, para em sede de audiência prévia e nos termos do n.º 3 do artigo 106.º do RJUE, se pronunciar sobre a possibilidade da Câmara Municipal ordenar a demolição do anexo, dado a impossibilidade da sua legalização. -----

Na sequência da referida notificação o dono de obra vem solicitar que a autarquia conceda um prazo para terminar as diligências junto da Reserva Agrícola Nacional. -----

ANÁLISE: -----

Compulsado o processo informamos que a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional de Centro emitiu parecer desfavorável definitivo sem necessidade de 2.ª pronúncia.

Nos termos do n.º 10 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada RAN, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, nos termos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, os interessados podem interpor recurso para a entidade nacional da RAN dos pareceres vinculativos desfavoráveis emitidos pelas entidades regionais da RAN, a emitir no prazo de 20 dias. -----

Por sua vez o n.º 2 do artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, refere que a demolição pode ser evitada se a obra for susceptível de ser licenciada ou objecto de comunicação prévia ou se for possível assegurar a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis mediante a realização de trabalhos de correcção ou de alteração. -----

Assim, e caso a Entidade Nacional da RAN se pronuncie favoravelmente, o requerente poderá dar início ao procedimento de reposição de legalidade urbanística da obra junto da autarquia, o que eventualmente poderá evitar a sua demolição, nos termos do referido n.º 2 do artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, caso o pedido de licenciamento seja aprovado. -----

PROPOSTA: -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Face ao exposto propomos que o requerente seja notificado para apresentar, no prazo máximo de 15 dias, comprovativo da interposição de recurso para a entidade nacional da Reserva Agrícola Nacional do parecer vinculativo desfavorável emitido pela Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional de Centro. -----

Mais se informa que caso o requerente não obtenha parecer favorável da Entidade Nacional da Reserva Agrícola Nacional a autarquia terá de dar continuidade ao processo de reposição de legalidade urbanística, ou seja, ordenar a demolição da obra nos termos do artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Relativamente a esta obra encontra-se ainda em tramitação o processo de contra-ordenação n.º 8/2010, relativo à execução de obras sem licença, o qual constitui um processo autónomo. -----

Face ao exposto informamos que a obra apenas será passível de regularização caso o requerente proceda a interposição de recurso para a Entidade Nacional da Reserva Agrícola Nacional, face ao parecer desfavorável emitido pela Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional de Centro. -----

Assim mantenho o proposto na informação técnica de 11/03/2014 e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções indicadas na informação técnica elaborada no âmbito do presente processo, não existindo enquadramento legal para a concessão da prorrogação requerida, deixo á consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitado pelo requerente. -----

À Consideração Superior. -----

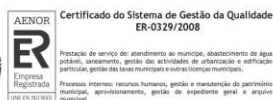
Miranda do Corvo, 16 de Março de 2014 -----

Pedro Correia de Paiva, Eng. (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias para entrega de elementos solicitados. -----

Prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 199/2014, de André Antunes Cardoso, residente em Rua das Amoreiras, n.º 8 - Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 60 dias para entrega de elementos solicitados, relativamente ao processo de obras n.º 147/2013. Tem junto informação técnica, do seguinte teor:-----

“O requerente solicita, através do requerimento n.º 199/2014 de 07 de Abril de 2014, a prorrogação de 60 dias, por motivos de ordem pessoal, para apresentar o solicitado no ofício n.º 1508 de 17/03/2014.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Análise: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

Proposta: -----

Face ao exposto deixamos à consideração superior a prorrogação de 30 dias para apresentação dos elementos em falta. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 11-04-2014. -----

O Técnico, Lurdes Figueiredo, Eng.ª (a).”-----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo último de 30 dias, para apresentação dos elementos solicitados, de acordo com informação técnica.-----

Prorrogação de prazo para entrega de elementos: requerimento n.º 216/2014, de Maria Simões Nunes, residente em Torno - Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo por mais 60 dias para entrega de elementos solicitados, relativamente ao processo de obras n.º 27/2014. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

“A requerente solicita, através do requerimento n.º 216/2014 de 11 de Abril de 2014, a prorrogação de 60 dias, para requerer junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro parecer e no caso deste ser favorável, reentregar o projeto de arquitetura de acordo com o solicitado no ofício n.º 1841 de 27/03/2014. -----

Análise: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

Proposta: -----

Face ao exposto deixamos à consideração superior a prorrogação de 30 dias para apresentação dos elementos em falta. -----

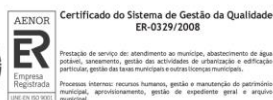
À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 21-04-2014. -----

O Técnico, Lurdes Figueiredo, Eng.ª (a).”-----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo último de 30 dias, para apresentação de elementos, de acordo com informação técnica. -----

Processo n.º 199/2013, de Natália Fernandes Dias, residente em Casalinho - Vila Nova, a requerer licença para proceder à alteração e ampliação de edificação existente destinada a habitação unifamiliar e construção de muros de vedação (projetos de





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

especialidades), sito em Cardeal- Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----

Atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de licenciamento, referente às obras de alteração e ampliação de edificação existente destinada a habitação unifamiliar e construção de muros de vedação, devendo a requerente solicitar a emissão do alvará de licença de obra, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -

REQUERIMENTOS DIVERSOS -----

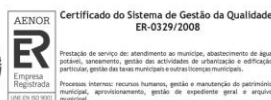
Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5906/2014, de Suzana Cristina Lopes Nunes, residente em Rua da Azenha-Vila Nova, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 28.04.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição do respetivo subsídio e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Jaime Nunes Simões e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5848/2014, de Catarina Isabel Betencourt Miguel, residente em Rua Nossa Senhora da Paz - Semide, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 07.05.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição do respetivo subsídio e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Tomé Betencourt Marques e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5991/2014, de Pedro João Peça Lima Novo Silvestre, residente em R. José Pereira Cardoso - Senhor da Serra, a





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido pai, em 09.01.2014. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Luísa Camilo, propondo a atribuição do respetivo subsídio e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento da sua filha Carolina Bernardo Peça Silvestre e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 5024/2014, de João Paulo Domingues Baptista, residente em Bairro Novo - Lata, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido pai, em 09.04.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Luísa Camilo, propondo a atribuição do respetivo subsídio e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

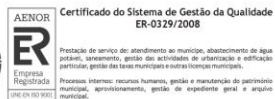
Nos termos do previsto no n.º 1 do art. 45.º do Código do Procedimento Administrativo, a Vereadora Célia Mateus comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Guilherme Simões Batista e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 4737/2014, de Maria dos Anjos Lopes Teixeira, residente em Rua João Paulo II - Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 21.03.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Luísa Camilo, propondo a atribuição do respetivo subsídio e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

da sua filha Maria Jasmim Lopes Teixeira e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação técnica e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

Acumulação de funções privadas: requerimento n.º 1277/2014, de Horácio José Lopes dos Santos, a requerer autorização para acumulação de funções privadas de formador com as atuais funções públicas. Tem junto informação da Assistente Técnica, Fátima Rodrigues, do seguinte teor: -----

“Relativamente ao requerimento n.º 1277, de 19 de março de 2014, do trabalhador Horácio José Lopes dos Santos, cumpre informar que, salvo melhor opinião, o mesmo não reúne condições para deferimento dado que, conforme estipulado no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, o mesmo não refere: -----

Do local do exercício da função ou atividade a acumular; -----

Da remuneração a auferir, quando seja o caso; -----

Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo; e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo anterior; -----

Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.os 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior; -----

Assim sou de opinião que se deve informar o trabalhador para proceder à elaboração de novo requerimento, cumprindo os requisitos legais. -----

À consideração superior, -----

O Assistente Técnico, Fátima Regina Carvalho Rodrigues (a). -----
16/04/2014.”

A Câmara deliberou por unanimidade informar o requerente, que o requerimento apresentado não reúne condições para deferimento, de acordo com a informação técnica e despacho da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Reclamação n.º 4 - Margarida Rosa Varela Rodrigues Oliveira, residente em Rua Dr. José Carlos Pereira de Carvalho - Miranda do Corvo, a solicitar o pagamento das despesas que tem tido e que possa vir a ter, devido a queda provocada por buraco de obras no





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

pavimento, no dia 26.12.2013. Tem junto informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, do seguinte teor:-----

“Venho, por este meio, informar V. Ex.^a, de acordo com o solicitado do seguinte: -----

DOS FACTOS-----

1-Através da reclamação N.º 4 de 24.01.2014, veio Margarida Rosa Varela Rodrigues Oliveira, apresentar reclamação nos seguintes termos “Quando circulava de bicicleta no passado dia 26/12/2013 pelas 14,30h, na Rua da Coutada, caiu num buraco das obras a decorrer naquela via. Da queda resultou uma fratura do cotovelo direito, conforme comprovam os documentos anexos. Para análise anexa fotografias do local da queda e documentos comprovativos da assistência hospitalar” -----

2-A requerente não juntou auto de participação do acidente da GNR, ou qualquer elemento que ateste o sucedido no local em questão. -----

3- Foi solicitada informação aos serviços competentes pela conservação, manutenção e sinalização das vias públicas, tendo o Fiscal, Hugo Simões, no dia 18 de Fevereiro de 2014 se pronunciado referindo que: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumre-me informar que se trata de uma vala que foi aberta para proceder à ligação de um ramal de saneamento na Rua da Coutada. -

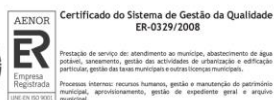
De acordo com os funcionários do serviço de águas ficaram no local dois sinais de perigos vários (um em cada sentido). -----

No passado dia 13 de janeiro, quando os funcionários procederam à colocação de massas a frio para tapar a vala, recolheram os dois sinais colocados no local. -----

No período de tempo entre a abertura da vala e a colocação de betuminoso, estiveram elevados indices de precipitação, que arrastaram o tout-venant colocado na vala, criando alguns buracos, impercetíveis com água.”-----

DE DIREITO -----

Ora, a Responsabilidade Extracontratual do Estado pode ser conceituada como o dever que o poder público tem de reparar prejuízos causados a terceiros em decorrência do comportamento de seus agentes. Pode decorrer de actos jurídicos, lícitos, comportamentos materiais ou omissão do poder público, bastando que haja um dano causado a terceiro por comportamento de acção ou omissão de agente do Estado. Sendo que os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual da Administração por actos de gestão pública correspondem aos da responsabilidade civil de índole privatística, consagrada no art. 483.º do





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Código Civil. Assim, constituem requisitos da obrigação de indemnizar a cargo das autarquias locais: -----

- 1) - a prática por esta, através de um seu órgão ou agente, de uma acto ilícito (positivo ou omissivo) no exercício de funções públicas ou por causa delas (ilicitude) -----
- 2) - que esse acto lhe seja imputável, a título de dolo ou mera culpa (culpa) -----
- 3) - que dele tenham resultado prejuízos (dano) -----
- 4) - verificação de um nexo de causalidade entre esse acto e os prejuízos (nexo causal) -----
- 5) - nexo de causalidade entre a conduta do Estado e o dano sofrido pelo particular. --

De acordo com o supra exposto, nomeadamente atendendo à informação emitida pelo fiscal Hugo Simões, salvo melhor entendimento, não se encontram preenchidos os requisitos supra mencionados, uma vez que na sua informação sobre o estado de conservação e manutenção da referida rua refere que efectivamente existia uma a vala, mas que a vala em questão estaria correctamente sinalizada com sinais perigo na data de ocorrência do acidente (pelo que não existiu qualquer omissão dos serviços de conservação e manutenção das vias), assim, salvo melhor opinião, poderemos constatar que desde logo não se preenche o primeiro requisito enumerado para que possa verificar a responsabilidade do Município (e consequentemente não se encontrarão também preenchidos os restantes requisitos). -----

À Consideração Superior, -----

Miranda do Corvo, 9 abril de 2014 -----

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade indeferir o pedido, em virtude do pedido não preencher o primeiro requisito enumerado para que se possa verificar a responsabilidade do município (e consequentemente não se encontrarão também preenchidos os restantes requisitos), de acordo o despacho da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Redução de taxa relativa a limpeza de fossa: requerimento n.º 5656/2014, de António Carvalho Jacinto, residente em Casais de S. Clemente - Miranda do Corvo, a requerer a redução de taxas relativas a limpeza de fossa da sua habitação. Tem junto informação técnica, informando que o pedido em causa poderá ser deferido, de acordo com o n.º 3.2.2, do art.º 79.º do capítulo XI - Serviços Auxiliares - Conexos ao Particulares, do Regulamento de Taxas, Preços e outras receitas do Município. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido, de acordo com a informação técnica. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Atribuição de subsídio às Associações Desportivas, no âmbito do regulamento: presente informação da Comissão Técnica de Análise das candidaturas no âmbito do Regulamento de atribuição de subsídios às Associações. -----

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima reunião camarária. -----

Condições Hasta Pública - Expo Miranda 2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as condições da Hasta Pública para a Expo Miranda XXIV 2014, documento que aqui se dá como transcrito ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Proposta de Renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Determinado a Termo Resolutivo de Maria Amélia Alves Rodrigues Simões: presente Proposta do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, do seguinte teor: -----

“Proposta N.º 15/P/2014-----

Proposta de Renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Determinado a Termo Resolutivo de Maria Amélia Alves Rodrigues Simões-----

CONSIDERANDO: -----

- A 6 de maio de 2013 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado com Maria Amélia Alves Rodrigues Simões, para o exercício de funções de Assistente Operacional na Área da Educação; -----

- Na base do recrutamento da trabalhadora estiveram carências de recursos humanos no âmbito da área Educativa, nomeadamente nas pré-primárias, na área da limpeza dos edifícios e apoio, bem como vigilância às crianças da área pré-escolar; -----

- A referida trabalhadora encontra-se integrada na pré-primária do Senhor da Serra; --

- A renovação do contrato com a trabalhadora torna-se imprescindível, para permitir a continuação do desenvolvimento das funções para as quais foi recrutada, e por conseguinte o bom funcionamento da pré-primária, numa área extremamente sensível dado o público a que se destina - crianças em idade pré-escolar; -----

- O contrato a termo certo não está sujeito a renovação automática, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 104.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro que aprova o regime de contrato de trabalho em funções públicas; no entanto, mantem-se atualmente os pressupostos materiais que levaram ao presente recrutamento; -----

Considerando o previsto no Orçamento de Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, mais concretamente, no seu artigo 55.º, sob a epígrafe



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Empresa Registrada
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

"Contratos a Termo Resolutivo" que refere: "7 – Durante o ano de 2014, os serviços e organismos das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas não podem proceder à renovação de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e de nomeações transitórias/ sem prejuízo do disposto nos números seguintes; / 2 – Em situações excepcionadas, fundamentadas na existência de relevante interesse público, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a renovação de contratos ou nomeações a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, as condições e termos a observar para o efeito e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos: -----

a) Existência de relevante interesse público na renovação, ponderando, designadamente, a eventual carência de recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o serviço ou organismo; -----

Relativamente a esta alínea de referir que a D. Amélia se encontra a exercer funções na Pré Primária do Senhor da Serra, não existindo mais nenhum Assistente Operacional na área da Educação, dentro do Município, disponível para exercer as funções, sendo que, caso não seja possível a renovação do contrato, existirá uma lacuna grave nesta área tão sensível. Aliás, existem mais duas trabalhadoras a exercer funções no setor de Educação com contrato a termo que terminarão no final do ano sem qualquer possibilidade de renovação. Acresce ainda o fato de a D. Laura, contratada por tempo indeterminado em funções públicas, que assegura todos os serviços gerais e de auxiliar de ação educativa na Pré Primária de Lamas solicitou a sua aposentação; -----

b) Impossibilidade de satisfação das necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade; -----

A existência desse pessoal encontra-se na gestão direta da GERAP, a qual é responsável pela plataforma eletrónica da Bolsa de Emprego Público, não dispondo, aquando da abertura do procedimento de recrutamento, este interface de comunicação de qualquer possibilidade de consulta de pessoal em situação de mobilidade especial, servindo unicamente para lançamento de procedimentos concursais aos quais são, obrigatoriamente, opostos os trabalhadores que se encontram nessa situação. -----

A Portaria 48/2014 que se refere à prioridade do recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, através de procedimento, que entretanto foi publicada a de 26 de



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

fevereiro, no seu artigo 2.º prevê o seu âmbito de aplicação, no seu art.º 2º, sendo que no caso de renovação apenas se aplica à prestação de serviços. -----

c) Demonstração de que os encargos com as renovações em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços ou organismos a que respeitam; -----

Os encargos com a renovação em causa encontram-se previstos no Orçamento para o corrente ano, através da verba inscrita na rubrica 02/01010601, sendo a dotação atual de e o saldo atual de € 33 547,64 (Trinta e três mil quinhentos e quarenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos)-----

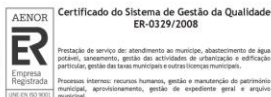
d) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal considerando o número de trabalhadores do serviço ou organismo em causa no termo do ano anterior; -----

Relativamente às medidas de redução impostas pelo Orçamento de Estado, no seu artigo 62.º, sob a epígrafe "Redução de trabalhadores nas autarquias locais" cumpre informar que: No final de 2013 havia 153 trabalhadores contratados por tempo indeterminado e 21 trabalhadores contratados a termo. -----

No caso dos 17 técnicos das AEC's, estes encontram-se excecionados do artigo 55.º conforme refere o seu ponto 11 "Relativamente ao pessoal docente e de investigação, incluindo os técnicos das atividades de enriquecimento curricular, que se rege por regras de contratação a termo previstas em diplomas próprios, são definidos objetivos específicos de redução pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, da educação e da ciência." Três contratos por tempo determinado caducam no presente ano dado que já obtiveram todas as renovações possíveis por Lei. Permanecendo, portanto, só o contrato a termo da D. Amélia. -----

Relativamente aos trabalhadores contratados por tempo indeterminado, verifica-se que já foi aprovado um dos pedidos de aposentação enviados à CGA. Caso sejam aprovados os restantes, teremos uma redução de mais sete trabalhadores, ou seja, ficaríamos com 145 trabalhadores no final do ano. -----

De referir ainda que esta situação se encontra excluída na norma de redução de pessoal do Orçamento de Estado para o ano de 2014 no n.º 5 do artigo 62.º que refere "Para efeitos do disposto no n.º I, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação..." -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou organismo que pretende realizar a renovação de contrato ou nomeação; -----

Neste caso e conforme refere o n.º 8 do artigo 55.º da Lei de Orçamento de Estado "No caso dos serviços e organismos das administrações regionais e autárquicas, a autorização a que se refere o n.º 2 compete aos correspondentes órgãos executivos", sendo que a presente renovação terá de ser submetida a aprovação em reunião de Câmara. -----

f) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro.-----

Esta Autarquia assegura o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, de acordo com informação da Área dos Recursos Humanos e da Área Financeira, Património e Aprovisionamento.-----

De referir ainda que esta situação se encontra excluída na norma de redução de pessoal do Orçamento de Estado para o ano de 2014 no n.º 5 do artigo 62.º que refere "Para efeitos do disposto no n.º 1, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação..." -----

Pela análise efetuada, estão verificados todos os requisitos cumulativos para poder ser renovado o presente contrato. De salientar que está em causa um setor de atividade da autarquia que prosseguem fins de relevante interesse público e que, nessa medida, os serviços terão de ser devidamente assegurados. -----

Face ao exposto, proponho: -----

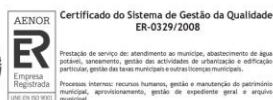
Que a Câmara Municipal delibere autorizar a renovação excecional do contrato em causa ao abrigo do n.º 2 do art.º 55.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 05 de maio de 2014 atendendo aos pressupostos enunciados, até ao limite máximo da renovação - 05 de maio de 2016. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 29 de abril de 2014 -----

O Presidente do Município, António Miguel Costa Baptista (a)" -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a renovação excecional do contrato em causa ao abrigo do n.º 2 do art.º 55.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 05 de maio de 2014 atendendo aos pressupostos enunciados, até ao limite máximo da renovação - 05 de maio de 2016. -----

Da empresa "Tetra Topos - Técnicas Topográficas, Ld.ª", a solicitar o desbloqueamento da verba de 644,00 euros, para procederem ao pagamento de taxa à





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Direção Geral do Território, relativo ao processo de homologação da cartografia da zona industrial da Pereira. Tem junto informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Dr.ª Ana Patrícia Cortês. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta empresa está a tratar do processo de cartografia da Zona Industrial da Pereira e para efeitos de homologação da mesma tiveram que a enviar para a Direção Geral do Território, e foi-lhes solicitado o pagamento de uma taxa de 644,00 euros. A empresa está com enormes dificuldades de tesouraria e o que solicitam é que a Câmara faça um adiantamento ao pagamento do trabalho, que basicamente está praticamente concluído, já está na fase de homologação. Pelo que sugiro que a Câmara atenda favoravelmente esta solicitação do pagamento de 644,00 euros, que depois será descontado no pagamento final. Não vejo grande inconveniente nisso, o compromisso está assumido, a verba está cativa e facilitamos a situação da empresa. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pagamento da verba de 644,00 euros à empresa “Tetra Topos - Técnicas Topográficas, Lda.”, sendo depois esta descontada no pagamento final, de acordo com informação técnica. -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

Da Cesab - Centro de Serviços do Ambiente, a enviar relatórios de ensaio n.º 1845, 5687, 768, 3846, relativos às análises de água de consumo humano. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da empresa Eólica do Espigão, S.A., a informar da retenção do pagamento do benefício ao Município referente aos meses de janeiro a março de 2014 - Parque Eólico de Vila Nova II. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador José Miguel Ferreira que questionou o porquê de ter existido a retenção do pagamento dos benefícios. ----

O Senhor Presidente respondeu que se deveu ao adiantamento de rendas que o executivo anterior fez e que agora estão a ser descontadas e que estamos a receber menos do que devíamos receber até que sejam descontadas as verbas que foram contratualizadas em 19 de julho de 2013 pelo anterior executivo. Terminou salientando que é dinheiro que estamos a deixar de receber. -----

O Senhor Vereador José Miguel Ferreira respondeu que não estamos a deixar de receber e que já o recebemos, foi a Câmara que o recebeu. -----

O Senhor Presidente alegou que foi dinheiro para amortizar dívida. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Vereador José Miguel Ferreira respondeu que seria bom que este executivo amortizasse a dívida da mesma forma que o anterior executivo tinha feito. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Sêco que declarou que essa antecipação de dívida tinha sido largamente debatida naquela época e foi explicado aos senhores que era para iniciar novas obras, para fazer novas candidaturas. -----

Informou que muitas das obras que neste momento decorrem estão a ter continuidade e que têm a ver com essas antecipações de fundos. -----

Alegou que seria ótimo haver mais antecipações destes dinheiros para lançar mais obras no concelho e desenvolvê-lo. -----

Informou que tudo o que tiver que ser feito para cativar dinheiros para avançar com obras terá da parte dos vereadores da Coligação a aprovação necessária. Salientou que numa das reuniões anteriores, o Senhor Presidente admitiu que provavelmente teria que o fazer.

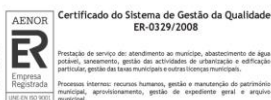
Referiu também que era uma demagogia alegar que o dinheiro foi para pagar dívida e que realmente foi nos últimos dois anos que o anterior executivo pagou mais de 50% da dívida do Município. Concluiu dizendo que o executivo anterior deixou o endividamento do Município em menos de metade do aquilo que encontrou em 2002, e com obra feita, pelo que só há motivos de orgulho. -----

O Senhor Presidente alegou que andar a antecipar receitas futuras, para secar a fonte a quem vem a seguir não é uma boa política. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Seco que referiu que passa de dois milhões de euros que caíram nos cofres da Câmara nos últimos cinco meses de obras anteriormente feitas do QREN, pagas e a andarem, e que ainda haverá mais para receber, por isso o executivo anterior deixou muito dinheiro nos cofres, muito perto de três milhões de euros. -----

Mencionou que uma Câmara que em 2002 tem seis milhões de euros em dívidas e este executivo quando inicia funções tem perto de dois milhões e meio, é porque as coisas correram muito bem, e com obras feitas. Referiu que além disso ainda têm dinheiro cativo com que podem pagar dívida. Cada um faz a gestão que entende fazer. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador José Miguel Ferreira que referiu que se tivessem apanhado uma Câmara sem dinheiro, não tinham um relatório de contas onde uma entidade independente da Câmara diz que a Câmara tem tanto dinheiro que devia aplicá-lo e que certamente não teria aumentado os custos com pessoal em mais de 300 mil euros. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os Senhores Vereadores sabem que o dinheiro não chega para tudo. -----

Informou que na próxima sessão estará presente a informação dos fundos disponíveis deste mês. -----

Mencionou que vai explicar aos Senhores Vereadores porque é que esse dinheiro, que está nos cofres da Câmara, está comprometido com investimentos. -----

Referiu que o que os Senhores Vereadores queriam era que se fizesse a multiplicação do dinheiro, porque queriam que tivéssemos usado o dinheiro para amortizar a dívida. -----

Questionou como o poderiam fazer se o dinheiro está comprometido?-----

O Senhor Presidente alegou como é que se usa o mesmo dinheiro para se fazer quatro coisas ao mesmo tempo e deu como exemplo as obras do Jardim da Paz, que sem contar com o terreno, cerca de 600 mil euros estão comprometidos e onde não se pode mexer. -----

Referiu além de outras, as obras do Alto do Calvário. Informou que está assumido o compromisso e que é dinheiro onde não se pode tocar.-----

Perguntou se os Senhores Vereadores queriam que fosse violada a lei dos compromissos, a lei das finanças locais, pegando nesse dinheiro para amortizar dívida, para realizar mais obras e que ainda se aplicasse a prazo. -----

Informou que a recomendação da entidade externa de aplicar o dinheiro a prazo tem razão, mas tem que ser feita com grande ponderação e grande engenharia financeira e que não se pode colocar o dinheiro todo a prazo, só uma parte bem gerida com prazos e bem contratualizada. -----

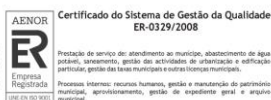
Informou que já foram feitos alguns contactos informais com instituições financeiras e que formalmente irá ser tratado.-----

Referiu que o executivo anterior deixou muitos compromissos, e por isso é que temos esse dinheiro todo e não lhe podemos tocar. -----

Relatou que essa é a razão porque tem havido muitas dificuldades na gestão dos fundos disponíveis. -----

Acrescentou que o Senhor Vereador Sérgio Seco pertencia ao executivo anterior, e que era do seu conhecimento as grandes dificuldades porque todas as câmaras municipais passam no que toca à lei dos compromissos. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Seco que referiu que o Senhor Presidente anteriormente criticava tanto, e agora que está no poder vê as dificuldades que se tinha. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Salientou que mesmo com tantas dificuldades o executivo anterior fez obra e conseguiu cativar fundos e conseguiu realizá-la tendo deixado muita obra para o Senhor Presidente dar continuidade. -----

Continuou afirmando que as dificuldades que há agora são as mesmas que havia no passado e que se houver necessidade de cativar verbas para o Parque Eólico, votam favoravelmente uma vez que o objetivo é que o concelho se desenvolva. -----

Mencionou que criticou algo que no passado foi para fazer obra e para o desenvolvimento do concelho, quando agora admite que provavelmente terá que fazer o mesmo. -----

Sugeriu ao senhor Presidente que desenvolva o concelho como ele merece, que a gestão é sua e que foi o Senhor Presidente que ganhou a Câmara. -----

Referiu que as dificuldades são as mesmas que existiram no passado. É necessário dar voltas e tem que se ter engenharia financeira, mas o importante é desenvolver o concelho como ele merece. -----

O Senhor Presidente da Câmara alegou que o Senhor Vereador continua a não explicar como é que com o mesmo dinheiro se fazem uma série de coisas, amortizar dívida, dívida de curto prazo, se o dinheiro está comprometido para realizar outras obras. -----

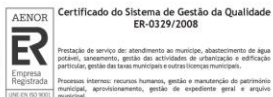
O Vereador José Miguel Ferreira argumentou que para se amortizar dívida, primeiro tinha que ter uma declaração de qualquer dos eleitos que diga para amortizar a dívida e que as coisas não são todas de uma vez, podem é ir-se fazendo aos poucos. -----

Em segundo referiu que o Senhor Presidente é que tinha iniciado esta discussão, dizendo que esta Câmara tinha ficado sem dinheiro, porque tínhamos deixado os fundos comprometidos e que no meio da sua argumentação diz que todas as câmaras têm problemas com os fundos comprometidos, logo não é um problema de Miranda. -----

Referiu que a questão de Miranda e o que está em causa em Miranda, é que encontrou, e por mais voltas que se tente dar, uma Câmara com uma ótima situação financeira. -----

Salientou que tanto foi assim, que no ano passado o governo português ofereceu um plano de ajuda às Câmaras que estavam mais endividadas e a de Miranda não podia entrar, porque estava bem de dinheiro. -----

Referiu ainda que tanto estava bem de dinheiro, que o Senhor Presidente mal entrou na Câmara, colocou um Chefe de Gabinete de fora da Câmara Municipal e todos os outros que já foram amplamente discutidos. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Questionou o Senhor Presidente no sentido de, se não havia dinheiro, como é que contratou pessoas? Exclamou que isso sim, é o milagre da multiplicação, porque quem não tem dinheiro, não contrata pessoas e que se queria amortizar dívida, não contratava essas pessoas, amortizava um bocado da dívida, se queria fazer um investimento, não contratava essas pessoas. -----

Alegou que o Senhor Presidente está há meio ano na Câmara e que não se vêem obras, nem projetos. -----

Referiu que ainda bem que a Câmara anterior deixou o dinheiro comprometido para investimentos, porque é a única forma de terem a certeza que vão ser feitas obras em Miranda, porque desde que este executivo chegou, não é esse o exemplo que têm dado. -----

Referiu que passado meio ano, obras nem vê-las, o que há são luxos, em tempos de crise, que era aquilo que o Senhor Presidente acusava o anterior executivo. -----

Disse que o que existe é a contratação e a nomeação de gente afeta ao partido do Senhor Presidente, para trabalhar à sua volta. -----

Questionou sendo assim, se não houvesse dinheiro, como é que o podia fazer? -----

Continuou dizendo que ainda bem que o Senhor Presidente apanhou uma Câmara com investimentos a decorrer, e que se não fosse assim, não era preciso fazer outro edifício da Câmara Municipal para colocar pessoas a trabalhar. -----

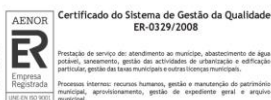
Declarou que da sua parte a discussão está mais do que resolvida, porque enquanto o Senhor Presidente não responder que seria possível fazer investimento ou amortizar dívida com o dinheiro que gastou em pessoal, fica esclarecido. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os Senhores Vereadores não tendo resposta, começam a divagar. -----

Avivou-lhes a memória referindo que em doze anos a despesa com pessoal nesta Câmara Municipal duplicou, passou de cerca de um milhão e meio de euros, para cerca de três milhões de euros, numa dezena de anos, duplicaram e passaram de cerca de 125 funcionários para 170, foi isto que os executivos anteriores fizeram. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador José Miguel Ferreira que declarou que pensa que quando o Senhor Presidente fala, sabe do que está a falar, e então é mais grave, porque está a tentar mandar areia para os olhos. -----

Referiu que se os custos com pessoal duplicaram, o Senhor Presidente terá que referir que muita da contratação do pessoal para as escolas (como ainda há bocado aqui contratámos uma pessoa) passou a ser da responsabilidade da Câmara municipal e que se as competências





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

da Câmara aumentaram, se foi a Câmara que ficou responsável por mais serviços e por mais pessoas, é normal que os custos com pessoal tenham aumentado. -----

Referiu que não foi isso que aconteceu desde que o novo executivo tomou posse e que o Senhor Presidente saberá que em 2011/2012 saiu um mapa nacional dos Municípios em que faziam o rácio número de funcionários versus número de habitantes, e a Câmara de Miranda estava nas trinta melhores do país, com o rácio mais baixo. -----

Declarou que é normal se as competências da Câmara aumentam, a Câmara tem que contratar mais pessoal que antigamente eram contratadas pelo governo, aumentando assim os custos com pessoal. -----

Referiu que se o Senhor Presidente fosse minimamente informado ou se não estivesse aqui a tentar enganar as pessoas, admitiria isso, e que o Senhor Presidente sabe perfeitamente que a Câmara anterior trabalhava com menos um vereador do que a sua, aliás, no primeiro mandato ainda com menos, trabalhava com funcionários da casa, nomeados para os cargos pelo que custava muito menos à autarquia. -----

Referiu que só havia um secretário, que até só apareceu no último mandato, e que trabalhou na Câmara muitos anos antes de ter sido nomeado. -----

Mencionou que o Senhor Presidente sabe perfeitamente que os custos que aumentou com pessoal, para chefe de gabinete, para COM, para vereadores a tempo inteiro, para secretária, tudo só numa autarquia e que o Senhor sabe perfeitamente que é um exagero e que não precisa de lho dizer. -----

Referiu que entende que houve compromissos eleitorais para algumas pessoas que o apoiaram. -----

Do Técnico, Nuno Caetano, a informar da colaboração prestada à realização da exposição "Castelo da Memória", integrada na Rede de Castelos e Muralhas. -----

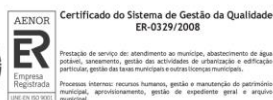
A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica, Luísa Rodrigues, a emitir informação relativa às análises de água em Barbéns (situação de incumprimento regularizada). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de edificação n.º 22/2014, relativo à construção de telheiro com estrutura amovível e muro de vedação à via pública (Processo n.º 107/2013), em nome de Telmo Emanuel Rodrigues de Jesus, pelo prazo de 180 dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de edificação n.º 21/2014, relativo à construção de anexo (Processo n.º 238/2013), em nome de Pedro Manuel dos Santos Jacinto, pelo prazo de 60 dias.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Despacho do Senhor Presidente Miguel Baptista, referente à emissão do alvará de obras de edificação n.º 23/2014, relativo à construção de edifício tipo armazém para fins industriais (Processo n.º 41/2013), em nome de Conceito, Ld.ª, pelo prazo de 60 dias.

A Câmara tomou conhecimento.-----

RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013-----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a aprovar a alteração da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com informação prestada pelo Comandante Operacional Municipal, Fernando Jorge.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Presente o munícipe Fernando Daniel, informou que o ponto apreciado na correspondência, mais concretamente o apoio para a realização do torneio de Veteranos, em homenagem ao José Godinho, foi solicitado pelo Núcleo de Veteranos, mas em termos legais teve que ser o Clube Atlético Mirandense a formalizar o pedido, pelo que embora seja o Clube Atlético a receber o apoio, o mesmo se destina a financiar um evento do Núcleo de Veteranos.-----

O Sr. Presidente da Câmara, informou que o subsídio irá ser atribuído para fazer face a despesas que se venham a verificar com a realização do torneio de Veteranos em homenagem ao senhor José Godinho.-----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos.-----

O Presidente da Câmara Municipal,



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e zonas locais municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

